



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

DESPACHO N.º 1/CP/2013

1. O sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, prevê a constituição, no âmbito de cada serviço, de uma comissão paritária, como interveniente no processo de avaliação do desempenho, conforme estipula a alínea d) do n.º 1, do artigo 55.º, do citado diploma.
2. A comissão paritária tem competência consultiva para, a pedido dos interessados, apreciar propostas de avaliação dadas a conhecer a trabalhadores avaliados, antes da homologação. Funciona junto do dirigente máximo de cada serviço e é constituída por quatro vogais, sendo dois representantes da Administração – em que um é membro do Conselho Coordenador de Avaliação – e dois representantes dos trabalhadores.
3. Os representantes da Administração são designados pelo dirigente máximo, em número de quatro, pelo período de dois anos, sendo dois efectivos – um dos quais orienta os trabalhos da comissão – e dois suplentes. Os representantes dos trabalhadores são eleitos por estes, também pelo período de dois anos, em número de seis, sendo dois efectivos e quatro suplentes.
4. Assim, nos termos do artigo 59.º, da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, determino que a eleição dos vogais representantes dos trabalhadores para o biénio de 2013/2014 decorra no próximo dia **1 de Fevereiro de 2013**, entre as 10,00 e as 14,30 horas, na sala da Biblioteca Pequena.
5. Determino ainda que:
 - a. O dia 28 de Janeiro de 2013 seja a data limite para indicação, pelos trabalhadores, dos membros da mesa de voto, cujo número não deve ser superior a cinco (três efectivos e dois suplentes). Na falta desta indicação, os mesmos serão designados por mim até ao dia seguinte à data estipulada.
 - b. A reprografia prestará o apoio necessário aos membros da mesa de voto para a realização do acto eleitoral (lista de funcionários, boletins de voto, material, etc.)
 - c. Os resultados do processo de eleição são entregues pelo presidente da mesa de voto, no secretariado do meu gabinete, até às 17 horas do dia 5 de Fevereiro de 2013.
 - d. Os membros da mesa de voto são dispensados dos seus deveres funcionais no dia em que tiver lugar a eleição, sendo igualmente concedidas facilidades aos restantes



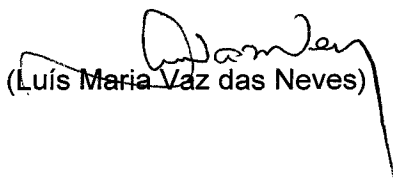
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

trabalhadores pelo período estritamente indispensável para o exercício do direito de voto.

- e. Atento o disposto no n.º 7, do citado artigo 59.º, da Lei 66-B/2007, de 28/12, a não participação dos trabalhadores na eleição, implica a não constituição da Comissão Paritária sem, contudo, obstar ao prosseguimento do processo de avaliação, entendendo-se como irrelevantes quaisquer pedidos de apreciação por esse órgão.
- f. Dê conhecimento do presente despacho.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2012

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa


(Luís Maria Vaz das Neves)